

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 5150/2022-PGJ, DE 19.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Luciana Serraglio Baruffi, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designada, com prejuízo de suas funções, para a Promotoria de Justiça de Sete Quedas, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, a partir de 30.9.2022, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º, 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2022.00009888-9).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 5153/2022-PGJ, DE 19.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Pagamento de Pessoal no período de 17 a 26.10.2022, em razão de afastamento do titular, José Giovanni da Silva Júnior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 5154/2022-PGJ, DE 19.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Leonardo de Almeida Campos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Ponta Porã e designado, com prejuízo de suas funções, para prestar serviços à 13ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 66ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, a partir de 18.10.2022, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 5155/2022-PGJ, DE 19.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Hermes Alencar de Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação e pela Coordenadoria de Licitações no período de 26.9 a 7.10.2022 e nos dias 13 e 14.10.2022, em razão de afastamento do titular, Emerval Carmona Gomes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 5159/2022-PGJ, DE 20.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Felipe Aquino Paz Saccenti, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício no Núcleo Criminal, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços no Núcleo de Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais Violentos (Navit), a partir de 13.10.2022, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 5160/2022-PGJ, DE 20.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 5, 16 e 23.9.2022 e 13 e 14.10.2022, em razão de afastamento da servidora Cristina Castilho Akatsuka, Técnica I.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 5161/2022-PGJ, DE 20.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Ana Celia Crispim de Araujo Chaves, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designada para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 17 a 27.10.2022, em razão de afastamento do servidor Vagner Marques Mercadante, Técnico I.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 5162/2022-PGJ, DE 20.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Patrick Arruda Santana, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 15ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 13 a 21.10.2022, em razão de afastamento do servidor Tsutomu Matsunaga, Assessor Jurídico.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1179/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Fabiano Alves Davy, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 23.1 a 1º.2.2023 e de 3 a 12.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1180/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Marcelino Jose Siebert, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 13 a 22.3.2023 e de 20 a 29.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1181/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Vagner Marques Mercadante, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.7.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1182/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Carlos Augusto Bispo de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.5.2023 e de 18 a 27.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1183/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Jose Ricardo Barbosa Mendes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.3.2023 e de 3 a 12.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1184/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Jária Tânia da Silva Toledo, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 28.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.1 a 8.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1185/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-632/2022-PGJ, de 2.6.2022, que concedeu férias ao servidor Diego Vaz Bruschi, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 13 a 22.10.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.2.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1186/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-629/2022-PGJ, de 2.6.2022, que concedeu férias ao servidor Luis Alexandre Figueiredo Santiago, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 7 a 16.12.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 2 a 11.5.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1187/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1135/2021-PGJ, de 27.9.2021, que concedeu férias ao servidor Marcio Luiz de Sousa, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 7 a 16.11.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 9 a 18.1.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

**PORTARIA Nº e-1188/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1264/2021-PGJ, de 28.10.2021, que concedeu férias ao servidor Carlos Gonzalez Fernandes, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 17 a 26.10.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 7 a 16.12.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1189/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-272/2022-PGJ, de 14.3.2022, que concedeu férias à servidora Vivian Severino da Silva Ribeiro, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 13 a 22.10.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 10 a 19.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1190/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-297/2022-PGJ, de 21.3.2022, que concedeu férias à servidora Rosangela Gomes de Oliveira Castro, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 1º a 10.12.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 1º a 10.2.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018- PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1191/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-447/2022-PGJ, de 13.5.2022, que concedeu férias ao servidor Eliud Josafat Lima, de forma que, onde consta: "de 2 a 11.9.2022, de 9 a 18.1.2023 e de 21 a 30.7.2023", passe a constar: "de 2 a 11.9.2022 e de 21 a 30.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 26.9 a 5.10.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1192/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-870/2022-PGJ, de 18.7.2022, que concedeu férias à servidora Maria Anghelica Espindola Domingues, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 17 a 26.10.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 23.2 a 4.3.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018- PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1193/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :** Alterar a Portaria nº e-457/2022-PGJ, de 13.5.2022, que concedeu férias à servidora Cristiane Souza Diniz, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 3 a 12.11.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 7 a 16.11.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício



**PORTARIA Nº e-1194/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Vanduir Abadio Barbosa, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.1.2023 e de 10 a 19.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 26.1 a 4.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1195/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Ramão Perpeto Barros Ajala, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.2.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1196/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Anelita Aparecida de Figueiredo, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 23.1 a 1º.2.2023 e de 10 a 19.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1197/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Kelly Cristina Mengual Vieira, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 28.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 30.1 a 8.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício



**PORTARIA Nº e-1198/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Natália França Saraceni, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 13.3 a 1º.4.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1199/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Natascha Junko Sakamoto Costa, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.7.2023 e de 17 a 26.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 31.1 a 9.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1200/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Lúcia Stein Basso, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 17.7 a 5.8.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.3.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1201/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Ângela Teno Ribeiro do Val, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.1.2023 e de 8 a 17.2.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1202/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Fabiana Lopes da Silva, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 9.1 a 7.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1203/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Patricia dos Santos Jacoby Bastos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 30.11 a 19.12.2022 e de 2 a 11.5.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1204/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Selma Gonçalves, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.4.2023 e de 11 a 20.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1205/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Ângela Marta Nantes Vieira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 14.8 a 2.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1206/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

Andreia da

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Jokasta dos Santos Lopes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.1.2023 e de 6 a 15.3.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1207/2022/PGJ, DE**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Valdemilson Massayoshi Thaada, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 16.12.2022 e de 10 a 19.4.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 25.11 a 4.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1208/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Denivaldo Chastel Diniz, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 19.1 a 7.2.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1209/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Cenir Teodoro Vieira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.4.2023 e de 11 a 20.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1211/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Cristiano Lopes Baes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.1.2023 e de 10 a 19.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1210/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Dantiele Cordeiro de Freitas Queiroz, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 28.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1212/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Murilo Rolim Neto, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 1 a 10.8.2023 e de 2 a 11.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1213/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Fabiana Lopes da Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.2.2023, de 29.5 a 7.6.2023 e de 28.8 a 6.9.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1214/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Daniele Aparecida Souza, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.5.2023 e de 13 a 22.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº e-1215/2022/PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Jean Augusto Fialho Ajala, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.8.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 72/2022/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

**1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000001-1** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar os impactos ambientais causados ao Córrego Reveilleau pela obra de drenagem e implantação de bacia de retenção na confluência das avenidas Hiroshima e Mato Grosso em Campo Grande.

**2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000234-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Lemos Monteiro - Assunto: Apurar possível desmatamento de 297,57 ha, sem prévia autorização ambiental do Órgão ambiental competente, ocorrido na Fazenda Bandeirantes, de propriedade do Senhor José Lemos Monteiro, localizada no município de Aquidauana/MS.

**3) Inquérito Civil nº 06.2017.00000402-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Heitor Sanchez Melhado - Assunto: Apurar eventual dano ambiental, praticados, em tese, pelo senhor Heitor Sanchez Melhado, proprietário da Fazenda Botucatú, no município de





Camapuã/MS.

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000630-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sérgio Alto Chiavolini - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais na propriedade do requerido noticiadas nos Autos de Infrações nºs 23659, 23660 e 23661, bem como os documentos indicados ao Ofício nº 086-3ªBPMA/2017 e que àqueles constituem, bem como promover medidas necessárias à recuperação e à reparação ambiental.

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001104-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerentes: Ministério Público Estadual e Admilson Santos da Silva - Requeridos: Fabrício Martins Alves, Frederico Fukagawa de Ribamar e o município de Camapuã/MS - Assunto: Apurar irregularidade no recebimento de valores por parte da empresa Fabrício Martins Alves - MEI, representada por Fabrício Martins Alves, advindos do Município de Camapuã, referente a prestação de serviços de publicidade, sem o prévio e devido procedimento licitatório.

**6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001586-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Celso Luiz Grande, Osvaldo José Ternouski e Outros - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Ipê - Parte de propriedade de Osvaldo José Ternouski e Outros, as margens do Rio Apa.

**7) Inquérito Civil nº 06.2018.00002417-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS e a Secretaria de Saúde - Assunto: Apurar regularidade da aquisição e fornecimento de medicamento pelo município de Iguatemi, alusivos aos contratos firmados com J.G. Farma, J. Fonseca Bolson-ME e L.L. Mendes de Moraes-ME.

**8) Inquérito Civil nº 06.2019.00000259-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a legalidade quanto ao corte de árvores, dentre elas angico branco, bocaiuva, ipê, na Igreja Matriz de Aquidauana (Imaculada Conceição), que teria ocorrido sem autorização do órgão ambiental competente." (cf. Portaria de fs. 01-03).

**9) Inquérito Civil nº 06.2019.00000482-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: MI-5 Agronegócios - Assunto: Apurar desmatamento de área de 63,37 ha, ocorrido na fazenda Alegrete, localizada neste Município, sem autorização da autoridade ambiental competente.

**10) Inquérito Civil nº 06.2019.00000856-6** - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agência do Banco do Brasil de Deodápolis/MS - Assunto: Apurar eventual violação a direito básico do consumidor consistente na adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral, ocasionado por violação à Lei Municipal nº 466/2005 e à Lei Estadual nº 2.085/00 em razão de a Agência do Banco do Brasil S/A em Deodápolis/MS não atender os clientes no prazo de 15 min.

**11) Inquérito Civil nº 06.2019.00000987-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis irregularidades nos Procedimentos Licitatórios referentes à contratação das Empresas F.S.UHDE EIRELLI ME, Rubens Antônio Gaíno ME e Neuza Correa da Silva ME, contratadas para prestação de serviços relativos a fornecimento de estrutura para eventos, limpeza pública e iluminação pública, respectivamente.

**12) Inquérito Civil nº 06.2019.00001138-2** - 11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados - Requerente: Cristiano Tavares - Requeridos: Gislaine dos Santos Silva, Marcos Dias de Paula e Roseli Cordeiro de Lima - Assunto: Apurar ofensa à Política Municipal de Habitação Social, em razão da prática de locação e abandono de imóveis por parte dos beneficiários, nos residenciais 'João Antônio Luiz Braga' e 'Yvat', bem como fiscalizar a retomada dos imóveis e reversão ao Município, a fim de interromper os danos habitacionais.

**13) Inquérito Civil nº 06.2019.00001475-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Dionilda Nunes da Silva Carneiro Assis - Assunto: Apurar o desmatamento de 11,28 hectares de vegetação nativa integrante do Bioma Mata Atlântica, segundo mapeamento do IBGE (art. 2º da Lei Federal nº 11.428/06), na Fazenda Santa Virgínia, em Amambai, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 124/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) - Fazenda Santa Virgínia.

**14) Inquérito Civil nº 06.2019.00001594-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Argeu Kersting de Almeida, Pacto Serviços Médicos e Diagnósticos S/S - Assunto: Apurar supressão vegetal de 4,48 hectares em área de Mata Atlântica, na Estância Ana Maria em Amambai, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 123/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) - Estância Ana Maria.

**15) Inquérito Civil nº 06.2019.00001720-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rodolfo Celso de Camargo - Assunto: Apurar desmatamento de 4,87 hectares em área integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Curitiba, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 130/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) - Fazenda Curitiba.

**16) Inquérito Civil nº 06.2020.00000038-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai -



Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropecuária South Fork Ltda, Dante Luiz Prevedi - Assunto: Apurar o desmatamento de 15,94 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Vaticano, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 125/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) - Fazenda Vaticano. **Advogada: Janaina Bonomini P. Gonçalves, OAB/MS nº 13.137 (Pickler Advocacia Ambiental).**

**17) Inquérito Civil nº 06.2020.00000216-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerentes: Ministério Público Estadual e a Polícia Militar Ambiental - PMA - Batalhão de Polícia Militar Ambiental/CPE - Requeridos: Eliane Ribas Vicente e Ricardo José Vicente - Assunto: Apurar desmatamento de 28,65 hectares de vegetação nativa em área de Savana Florestada Arborizada, na fazenda Baia Formosa, em Rio Verde de Mato Grosso, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 589/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**18) Inquérito Civil nº 06.2020.00000511-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Campo Alegre - Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 42,20 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Campo Alegre em Caracol/MS.

**19) Inquérito Civil nº 06.2020.00000672-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sebastião Pereira Nantes Filho - Assunto: Apurar desmatamento de 14,42 hectares em área de Savana (cerrado) Arborizada + Florestada, na Fazenda Rapadura, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 146/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2019).

**20) Inquérito Civil nº 06.2021.00000540-7** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar o déficit de 59,16 hectares para composição da área de Reserva Legal de modo a atender o mínimo de 20% bem como 6,47 hectares de áreas declaradas como Reserva Legal que fazem parte da Área de Preservação Permanente, na fazenda Foggia, em Angélica/MS, conforme Parecer n. 046/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS - Projeto Córrego Engano).

**21) Inquérito Civil nº 06.2021.00001056-5 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

**22) Inquérito Civil nº 06.2021.00001140-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Anderson dos Santos Basso, fazenda Ingá - Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 55 hectares de vegetação nativa ocorridos na fazenda Ingá, em Bela Vista/MS, detectados pelo Relatório PMA 26/2020.

**23) Inquérito Civil nº 06.2021.00001198-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Angélica - Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas contratações de servidores do município de Angélica.

**24) Inquérito Civil nº 06.2021.00001525-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Ana Cristina Candia Solari Neumann, Geraldo Barbosa Solari e Silvia Helena Candia Solari - Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental da supressão de 25,91 ha de vegetação nativa sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Laudo Técnico nº 156/21/NUGEO, ocorrida na fazenda Santa Tereza (CAR/MS nº 0004269), em Anastácio/MS.

**25) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000148-1** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Brasilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sítio Boa Sorte - Assunto: Apurar as informações contidas no Auto de Infração nº 4558, do Ofício nº 070/2ºGPM/1ºPEL/5ªCIA/BPMA/2021.

**26) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000152-6 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**27) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000342-4** - 4ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Três Lagoas/MS - Assunto: Apurar a deficiência dos procedimentos de ecocardiogramas na rede pública de saúde.

**28) Inquérito Civil nº 06.2022.00000832-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Luciana da Silva Oliveira - Assunto: Apurar a possível ocorrência de dano ambiental consistente na instalação e operação de estabelecimento de lavagem de veículos de pequeno porte sem as caixas de separação de óleo e areais com os resíduos da lavagem lançados diretamente ao solo, na Chácara Recreio, Rodovia MS 141, km 03, Gleba Vitória, nesta cidade e Comarca de Ivinhema /MS.

**29) Inquérito Civil nº 06.2022.00000919-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Enedir Viana Vieira - Assunto: Apurar a supressão ilegal de 2,3114 hectares de vegetação em Área de Preservação Permanente para fins de exploração de madeira, ocorrida na Chácara Três Irmãos, de propriedade de Enedir Viana Vieira (Auto de Infração 4358/IMASUL).

**30) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000931-8** - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da





comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Três Lagoas - Requerido: Vereador de Selvíria Hercules Flavio Barbosa - Assunto: Apurar eventual ocorrência de nepotismo no âmbito da Prefeitura Municipal de Selvíria/MS, em razão da indicação de parentes, por parte do Vereador Hércules Flávio Barbosa, para diversificados cargos públicos na administração pública de Selvíria/MS.

**31) Inquérito Civil nº 06.2022.00001010-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranaíba/MS - Assunto: Apurar eventuais irregularidades em contratação no âmbito do Município de Paranaíba.

Campo Grande, 21 de outubro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

## GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

### AVISO Nº 103/2022-GED

#### XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA a candidata de graduação em Direito** aprovada no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, **já convocada no AVISO Nº 92/2022 – GED, e que já manifestou interesse no estágio e fez a opção de turno vespertino**, dentro do prazo indicado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

A CANDIDATA CONVOCADA DEVERÁ ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – **ged@mpms.mp.br** – **ENTRE OS DIAS 24/10/2022 e 31/10/2022, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTE AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

**O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).**

#### 1.1 COMARCA DE PARANAÍBA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica, Paranaíba.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
HELOISA TEIXEIRA DOMINGUES	1ª

### 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº



42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 2556/2557/2558.

Campo Grande, 21 de outubro de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### EXTRATO DO CONTRATO N° 125/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00006643-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **STUDIO VOZES E GRAVAÇÕES LTDA.**, representada por **Odon Sizuo Nacasato**.

Procedimento licitatório: Dispensado.

Amparo legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Prestação de serviço de cobertura audiovisual (filmagem e captação de áudio) e transmissão via internet (streaming) dos eventos realizados nas unidades Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na cidade de Campo Grande.

Valor total: R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000547, de 14.10.2022.

Vigência: 21.10.2022 até 21.10.2023.

Data de assinatura: 21 de outubro de 2022.



## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CORUMBÁ

#### EDITAL Nº 0004/2022/01PJ/CBA

#### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Excelentíssima Dra. Viviane Zuffo Vargas Amaro, Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 04/2022, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

17/10/2022

VIVIANE ZUFFO VARGAS AMARO,  
Promotora de Justiça.  
1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS

#### LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 04/2022

PROVENIÊNCIA – 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS		PROCEDÊNCIA – 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS	
Órgão / Setor: 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS		Órgão / Setor: 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe/Subclasse – 000/060 Protocolo: documentos internos e externos/ofícios expedidos e recebidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2006	2011
Classe/Subclasse – 000/060 (Documentos referentes ao controle de entrada e de saída de processos)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2007	2007
Classe/Subclasse – 000/060 (Documentos referentes ao controle de entrada e de saída de processos)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2009	2010
Classe/Subclasse – 000/060 Protocolo: documentos internos expedidos/notificações expedidas	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2007	2007
Classe/Subclasse – 000/060 Protocolo: documentos internos expedidos/notificações expedidas	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2010	2010
Classe nº 200/Subclasse – Manifestações em processos judiciais eleitorais	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2006	2006
Classe/Subclasse – 200/- Manifestações diversas em processos judiciais: petições, pareceres e outros	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2006	2010
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> <b>Priscilla Nóbrega Coelho – Técnica II (matrícula 801149-4)</b> 17/10/2022			



---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**BRASILÂNDIA**

---

**EDITAL N. 0026/2022/PJ/BRS**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Brasilândia/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro - Brasilândia/MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2022.00010185-6

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Conselho da Comunidade de Brasilândia/MS

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o funcionamento do Conselho da Comunidade de Brasilândia-MS"

Brasilândia/MS, 20 de outubro de 2022.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL N° 0049/2022/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis N° 09.2022.00008069-9.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2022.00008069-9, cujos dados e documentos seguem sob sigilo até ulterior deliberação, nos termos do art. 30 da Resolução nº 0015/2007/PGJ.

Deodápolis/MS, 20 de outubro de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,

Promotor de Justiça.



---

**MIRANDA**

---

**EDITAL Nº 020/2022****EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00000318-9, firmado em prol do meio ambiente, na data de 16.09.2022, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n. 935, Centro, nesta cidade, tendo como compromissário Espólio de Renato Alves Ribeiro, CPF n.004.022.571-20, RG nº 009121 SSP/MT residente e domiciliado à Rua Joaquim Távora, n.47, Jardim dos Estados, em Campo Grande-MS.

Objeto do TAC: O compromissário compromete-se a apresentar ao IMASUL um PRADA – Plano de Recuperação de Área Degradada ou Alterada; Requerer junto ao IMASUL a regularização e licença de operação do sistema de irrigação por inundação construído na propriedade e Indenização ambiental em favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Bodoquena e de Miranda.

Miranda/MS, 20 de outubro de 2022.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA  
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 021/2022****EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2017.00001606-9, firmado em prol do meio ambiente, na data de 16.09.2022, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n. 935, Centro, nesta cidade, tendo como compromissário Espólio de Renato Alves Ribeiro, CPF n.004.022.571-20, RG nº 009121 SSP/MT residente e domiciliado à Rua Joaquim Távora, n.47, Jardim dos Estados, em Campo Grande-MS.

Objeto do TAC: O compromissário compromete-se a apresentar ao IMASUL um PRADA – Plano de Recuperação de Área Degradada ou Alterada; Requerer junto ao IMASUL a regularização e licença de operação do sistema de irrigação por inundação construído na propriedade e Indenização ambiental em favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Bodoquena e de Miranda.

Miranda/MS, 20 de outubro de 2022.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA  
Promotora de Justiça



---

**NOVA ANDRADINA**

---

**EDITAL**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00000858-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina/MS - CEP 79750-000 Telefone: (67) 3441-1840 e disponível para consulta de forma eletrônica: <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000858-5

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requeridos: S. V. L

Objeto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa e do delito de peculato por parte de servidor público municipal (S. V. L - MOTORISTA) consistente na apropriação de combustível, ao abastecer veículo de propriedade do município de Nova Andradina, o qual fica em sua posse em razão do cargo que desempenha.

Nova Andradina/MS, 20 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça

**EDITAL**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00001198-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina/MS - CEP 79750-000 Telefone: (67) 3441-1840 e disponível para consulta de forma eletrônica: <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001198-0

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requeridos: André Luiz Messias

Objeto: Apuração de dano ambiental difuso e indenização cabível em relação ao fato.

Nova Andradina/MS, 20 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça

**EDITAL**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00000857-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina/MS - CEP 79750-000 Telefone: (67) 3441-1840 e disponível para consulta de forma eletrônica: <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000857-4

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Fazenda Kai – Bairro Frutal

Objeto: Apurar a situação jurídico-ambiental da Fazenda Kai – Bairro Frutal, em Nova Andradina/MS, sobretudo diante da existência de processos erosivos na área de pastagem da referida propriedade.

Nova Andradina/MS, 20 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA****SONORA****EDITAL Nº 001/2022****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Promotoria de Justiça de Sonora faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2022, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Sonora, 18 de outubro de 2022

**THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA**  
Promotor de Justiça Substituto

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2022**

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Sonora Órgão / Setor:		PROCEDÊNCIA – Promotoria de Justiça de Sonora Órgão / Setor		
TIPO DOCUMENTAL	NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
Classe/Subclasse – 200	Inquéritos Cíveis nº 005/1994; 006/1994, 009/1994, 011/1994, 001/2007, 001/2009, 003/2009;	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2007	2012
Classe/Subclasse – 200 (cópias)	Inquéritos Cíveis nº 14/2011; 08/2011, 4/2004;	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2007	2016
Classe/Subclasse – 200	Procedimento Preparatório nº 002/2009	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2006	2009
Classe/Subclasse – 200 procedimento administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil	Procedimento Administrativo nº 002/2008	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2008	2019
Responsável pelo preenchimento - Laura Aparecida Soares Pedroso Assessora jurídica – matrícula nº 802150-3 Data do preenchimento - 18 de outubro de 2022				